

O impeachment na televisão pública: pluralidade e diversidade?^{1 2}

Bruna Santos de Almeida Andrade³

Maria Helena Weber⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Neste artigo buscamos compreender algumas características do debate público sobre o processo de impeachment através da análise de 20 matérias, dos dias 18 de abril de 2016 e do dia 12 de maio de 2016, do telejornal Repórter Brasil Noite, da TV Brasil. Analisamos a participação das diferentes redes de comunicação no debate público sobre o processo de impeachment e, a partir disso, pretendemos verificar a pluralidade das vozes trazidas para o debate pelo telejornalismo dessa emissora. Além disso, também são analisados aqui alguns aspectos que nos permitem compreender se essas vozes refletem alguns critérios de diversidade importantes para o jornalismo na televisão pública. Este trabalho se articula em torno de dois eixos: comunicação pública e visibilidade, e televisão pública e jornalismo.

Palavras-Chave: Impeachment Dilma Rousseff, Televisão Pública, Comunicação Pública, Radiodifusão Pública

Abstract:

In this article we try to understand some characteristics of the public debate about the impeachment process through the analysis of 20 reports from Repórter Brasil Night, from TV Brasil. We analyzed the participation of the different communication networks in the public debate about the impeachment process and then we verified the plurality of voices brought to the debate by the television journalism of this broadcaster. In addition, we also analyzed here some aspects that allow us to understand if these voices reflect some diversity criterion important for journalism in public television. This work is articulated around two axes: public communication and visibility, and public television and journalism.

Keywords: Impeachment Dilma Rousseff, Public Television, Public Communication, Public Broadcasting

Introdução

A conjuntura que desencadeou o processo de impeachment de Dilma Rousseff começou a ganhar contornos mais claros durante a eleição de 2014, em processos marcados por reviravoltas, como a ascensão de Marina Silva (PSB) nas pesquisas de intenção de voto após a morte de seu companheiro de chapa, Eduardo Campos, e pelo acirramento das disputas políticas que envolveram toda a sociedade. Aquele foi o ano em que a presidenta foi reeleita por uma diferença pequena, fazendo 51,65% dos votos. Apesar do discurso de unificação do governo, os setores econômicos, políticos e sociais derrotados na eleição fizeram forte oposição desde o primeiro dia do novo mandato, com protestos massivos e pedidos de cassação. Nesse clima, em outubro de 2015 o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou por unanimidade as contas do governo federal referentes a 2014. A decisão do TCU deu origem ao processo de impeachment que culminou no afastamento definitivo de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

Este processo rompeu com a normalidade da vida democrática do país. Um acontecimento dessa natureza gera um

grande impacto na vida dos indivíduos, e da sociedade, já que contém na sua estrutura vital elementos narrativos e simbólicos que se impõem e, assim, são ressignificados pelas mídias eletrônicas e imprensa. Dessa forma, neste artigo buscamos compreender algumas características do debate público sobre o processo de impeachment, através da análise de 20 matérias jornalísticas veiculadas pelo telejornal Repórter Brasil Noite, da TV Brasil, nas edições de 18 de abril e 12 de maio de 2016, período das votações de abertura do processo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente.

A escolha recai sobre esta televisão devido ao seu caráter público o que permitiria inferir sobre a possibilidade de contemplar a pluralidade de vozes. As matérias foram analisadas a partir do critério de participação de diferentes redes de comunicação - conceito de Weber (2007; 2017) - no debate público decorrente do processo que resultou no impeachment da presidenta. A partir disso, pretendemos verificar a pluralidade das vozes trazidas para o debate pelo telejornalismo dessa emissora. Também são analisados alguns aspectos que nos per-

mitem compreender se essas vozes refletem critérios de diversidade importantes para o jornalismo na televisão pública.

Comunicação pública e visibilidade

A noção de comunicação pública que trazemos aqui é aquela caracterizada pela sua dimensão normativa da comunicação passível de ocorrer entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, Weber (2007, p.24) define a comunicação pública "como a abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política". E para que a comunicação pública se realize, é preciso que exista um espaço de circulação de informações e opiniões, onde os sujeitos se encontrem e produzam trocas argumentativas em torno delas.

Esteves (2011) caracteriza a comunicação pública como a dinâmica comunicacional que envolve a publicidade, como a publicitação de ideias, opiniões, fatos ou pessoas, ou seja, é aquela que dá visibilidade à política e aos sujeitos no espaço público; a crítica, como a tomada de posição sobre os diversos argumentos que foram tornados públicos, ela é o mecanismo de validação desses argumentos; e, por fim, o debate, que se estabelece pelo

¹ Texto revisado a partir do original ANDRADE, Bruna Santos de Almeida. O impeachment da televisão pública: indicadores de pluralidade e diversidade. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., 2017, Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

² Neste artigo utilizamos a nomenclatura "impeachment" para nos referirmos ao processo sofrido por Dilma Rousseff por se tratar da análise de um período em que o processo estava em andamento. No entanto, entendemos que aquele processo culminou em uma ruptura no âmbito das instituições democráticas que leva a um golpe parlamentar, com consequências que se estendem no tempo até a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. bruna.andrade@ufrgs.br.

⁴ Professora do PPGCOM/UFRGS, Pesquisadora1 do CNPq, maria.weber@ufrgs.br.

processo comunicativo de publicidade e crítica das opiniões. A comunicação pública se estabelece, portanto, a partir da discussão argumentativa e racional em torno das opiniões tornadas públicas e tem o objetivo de gerar consensos.

Entretanto, para que a comunicação pública efetivamente se estabeleça Esteves (2011) coloca três pré-requisitos normativos: a) liberdade de participação a todos os interessados em participar do debate; b) que não haja restrição com relação aos temas que serão objeto de debate; e c) que todos os participantes tenham o mesmo status dentro do debate. Apesar deste modelo ideal, o próprio autor reconhece que a comunicação pública nunca atingiu plenamente essas condições, mas segue como um modelo importante modelo normativo.

Nesse sentido, Weber (2007) defende que a capacidade de repercussão dos temas em debate depende da disputa de versões entre redes de comunicação que se conformam a partir de interesses similares e também é proporcional ao interesse dessas redes nos temas em discussão. De acordo com a autora, a comunicação pública é desencadeada no momento em que uma rede de comunicação se manifesta em torno de um tema de interesse público (transitório, como o processo de impeachment ocorrido em 2016, ou permanente, como o direito à educação), provocando as demais redes a também manifestarem-se. Na proposta de Weber (2007, p. 26), os debates públicos se articulam na dinâmica comunicacional entre sete redes de comunicação: rede de Comunicação Social, formada por populares, sindicatos, movimentos sociais, movimentos estudantis, etc.; a rede de Comunicação Política, composta aqui por representantes do Legislativo e do Executivo Federal e políticos sem mandato; a rede de Comunicação do Judiciário, formada pelo Judiciário Federal, advogados e juristas; a rede de Comunicação Científica e Educacional, da qual fazem parte institutos de pesquisa; a rede de Comunicação Mercadológica, formada pelas entidades empresariais; a rede de Comunicação Religiosa, representada aqui pelos líderes de religiões e crenças; e os Sistemas de Comunicação Midiática, aqui representadas por comentaristas e veículos de comunicação (WEBER, 2007, p. 26).

Considera-se que vivemos em uma sociedade que convive com o poder de intervenção e visibilidade dos meios de comunicação, capazes de modificar as relações sociais em todos os âmbitos. Inclusive nas práticas de comunicação pública. Assim, a questão da visibilidade dos debates e dos atores sociais faz-se importante dentro da discussão aqui proposta. Para Weber (2007) os meios de comunicação de massa são espaços privilegiados de visibilidade, tornando-se, por

esse motivo, objetos de investimento por parte dos sujeitos políticos.

A visibilidade, no entanto, não garante que os temas de fato entrem na agenda de debate público (MAIA, 2002), mas ela tem o potencial de gerar discussão em torno dos temas visibilizados, dar visibilidade a discussões que, caso contrário, ocorreriam apenas no âmbito privado e fornecer um canal de entrada para debates com pouca visibilidade social, mas que sejam eficazes em alguma medida (GOMES, 2007, p. 11). Dessa forma, a visibilidade midiática tem potencialidades absolutamente democráticas no sentido de contribuir para o debate público: “a visibilidade midiática é importante não como um fim em si, mas na medida em que incita um processo de interação e interlocução entre os atores sociais, contribuindo para a instauração do debate público na sociedade” (MAIA, 2002, p. 13).

“*Todavia, apesar do potencial democrático do “regime de visibilidade”, as mídias ao mesmo tempo atuam com a sua antítese: “ocultamento, apartamento e opacidade. E o grau de visibilidade e ocultação é determinado, sim, por critérios de noticiabilidade e de interesse público, mas também por interesses não públicos oriundos da política, da economia, etc.* (WEBER, 2007).”

Nesse sentido, como argumenta Borges (2015, p. 34), o que impediria a realização do potencial democrático da mídia “é a sobreposição dos interesses privados dos atores sociais que detêm o poder sobre o estado e sobre os sistemas midiáticos, em detrimento do interesse público”. Por esse motivo, os meios de comunicação públicos se colocam como verdadeiras alternativas para que a comunicação pública se estabeleça no interior das sociedades democráticas. Como veremos, ao menos idealmente espera-se que esses veículos possam atuar sob uma base de interesses estritamente públicos e incluindo toda a sociedade nos debates sobre os temas de interesse público que caracterizam a comunicação pública.

Televisão pública e jornalismo

A perspectiva da comunicação pública e da visibilidade aciona a importância das mídias públicas e, no caso deste artigo, da televisão pública. Ela é um importante instrumento na geração de conversa social. Entretanto, quando não está voltada para o interesse público, ela “suplanta a participação cidadã” e torna-se o lugar “onde o espetáculo maquia o debate político, até dissolvê-lo” (BARBERO, 2002, p. 44). Nesse cenário, onde a esfera pública eletrônica privatizada não atende aos interesses e às demandas da cidadania e do debate público, uma outra televisão se destaca como alternativa:

a televisão pública, definida por Rincón (2002, p. 28) como aquela que “privilegia o caráter público desse meio para superar a sua visão comercial e ganhar sua densidade como cidadã; a que nos relata como nos tornamos coletivo social”.

Apesar de não ser um modelo novo, existem diferentes entendimentos sobre o que caracteriza as emissoras públicas de radiodifusão, também persistindo algumas tensões na fronteira entre governamental e pública. Nesse sentido, Bucci (2010) situa três pré-requisitos para que uma emissora seja efetivamente pública. Esses critérios dizem respeito à natureza jurídica (não deve ser privada), ao financiamento (financiamento público por meio de taxas ou repasses orçamentários, desde que não gerem pressões editoriais) e à gestão (autônoma e com participação de conselhos de membros da sociedade civil). Além disso, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) acrescentam como pré-requisitos para uma emissora pública: independência editorial; pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; mandato de serviço público, expresso em documentos legais; e a prestação de contas junto ao público e aos órgãos reguladores independentes. A partir desses requisitos, as emissoras públicas têm a missão de tornar o espaço público midiático menos vulnerável a pressões de poderes econômicos e governamentais e mais democrático e inclusivo (BUCCI, 2010).

Nesse sentido, o jornalismo praticado nas emissoras públicas deve prezar pelos mesmos valores, uma vez que os noticiários são o espaço onde os temas de interesse público são apresentados e debatidos. A função do jornalismo aqui é a de manter os cidadãos informados sobre os mais diversos aspectos e argumentos existentes em torno desses temas para que possam tomar posição nos debates. Mas, ao mesmo tempo, também é a de dar visibilidade à diversidade de atores e opiniões para que possam colocar-se na discussão de forma a garantir a pluralidade do debate público. Pois, como aponta Becker (2008, p. 362), “os enunciados dos telejornais têm a função de permitir que aquilo que se diz existe, e, por outro lado, dizer o que não existe”. Por esse motivo, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p. 29) entendem que as emissoras públicas devem atuar, antes de tudo, como “órgãos de imprensa”, pois “cuidam de levar informação ao grande público, promovendo, às vezes com êxito, outras com distorções, o debate de ideias”.

Citando Maia (2008), Miola (2012, p. 131) destaca que os meios de comunicação de massa tendem a “reproduzir as assimetrias de poder existentes na sociedade”. Um dos motivos dessa reprodução é o fato de que as fontes jornalísticas são escolhidas pelo valor que lhes é socialmente atribuído, e os cidadãos não estão entre as fontes mais prestigiadas pelos jor-

nalistas nas suas rotinas produtivas. Por isso, o jornalismo das emissoras públicas, pautado por outros valores, de promoção da cidadania e da democracia, deve trabalhar justamente para desconstruir essas assimetrias que maculam o debate de ideias, uma vez que este pressupõe o acesso de todos em condições iguais.

Dessa forma, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) apontam algumas características que são esperadas do jornalismo nas emissoras públicas para que elas possam cumprir a sua missão com a cidadania. De acordo com os autores, esse jornalismo deve apresentar reportagens de diversas regiões e cidades, atingindo toda a área geográfica coberta pela emissora; também deve ter representados os diferentes pontos de vista sobre os temas em questão, de modo que as fontes consultadas reflitam a diversidade social e qualifiquem o debate de ideias; e, sobretudo, deve ter os cidadãos como protagonistas das notícias e coberturas.

Oliveira Filho e Coutinho (2015) desenvolveram indicadores de qualidade próprios para o jornalismo na televisão pública. No que tange ao debate público o eixo relativo à “pluralidade, diversidade e regionalismo” nos interessa especialmente. Nesse eixo, os autores preocupam-se em saber se:

“- A reportagem mostra grupos ou pessoas que são excluídas da mídia tradicional? - Há contraponto de ideias? - Pessoas com diferentes visões são ouvidas? - É per-

ceptível a presença da diversidade étnica, racial, religiosa, sexual ou regional na matéria? - O assunto é abordado em diferentes regiões do país? (OLIVEIRA FILHO, COUTINHO, 2015, p. 14).”

Além disso, o Manual de Jornalismo da EBC também traz importantes contribuições para pensarmos o jornalismo, não apenas nas emissoras dessa empresa pública, mas de forma geral. Nesse manual, o jornalismo é entendido como um “serviço público”, sem o qual “a sociedade de uma nação, de um território ou de uma localidade não consegue exercer seus direitos de cidadania, pois os cidadãos e cidadãs não teriam meios de estar em todos os lugares e saber tudo que acontece de relevante e importante para as relações sociais” (EBC, 2013, p. 7). Por essa razão, o jornalismo da EBC deve colocar-se a serviço do interesse público e do direito dos cidadãos à informação, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento e opinião.

Além disso, o Manual também traz princípios e objetivos específicos para o jornalismo. Os princípios do jornalismo expressos no manual seguem a direção de comprometimento com a cidadania: “fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade” (EBC, 2013, p. 23). Entre os objetivos, no que tange a este artigo, se destacam o discernimento (“contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualifi-

cada e contextualizada”); o debate público (“fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes”); e a inclusão (“apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes”) (EBC, 2013, p. 23-24).

Impeachment e jornalismo na televisão pública

Neste artigo analisamos duas edições do principal telejornal da emissora pública TV Brasil, o Repórter Brasil Noite que à época ia ao ar de segunda-feira à sábado, com duração de 40 minutos. Analisamos aqui as edições do dia 18 de abril de 2016 e do dia 12 de maio de 2016, conforme a Quadro 1, por serem as edições seguintes às votações de abertura do processo da Câmara do Deputados e no Senado Federal, respectivamente.

Data	Título
18/04/16	Instituto Vox Populi fez uma pesquisa que traz números interessantes sobre esse momento que o Brasil vive
18/04/16	Decisão da Câmara, a favor do impeachment, teve intensa repercussão na imprensa mundial
18/04/16	Manifestações contra e a favor do impeachment levaram milhares de pessoas às ruas
18/04/16	Presidenta Dilma fala sobre a votação
18/04/16	Religiosos criticam deputados que fizeram referências à religião durante o voto
18/04/16	Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo afirmam que não reconhecem a legitimidade de um pretense governo Temer
18/04/16	PDT expulsa seis deputados que votaram a favor do impeachment
18/04/16	Vice-presidente Michel Temer passou o dia de hoje em São Paulo
18/04/16	Sessão da Câmara foi acompanhada por milhões de brasileiros
18/04/16	Grupo de senadores vai apresentar PEC para antecipar as eleições presidenciais
18/04/16	Datafolha: pesquisa ouve opinião de manifestantes a favor e contra o impeachment
18/04/16	O Repórter Brasil explica como fica o andamento do processo contra a presidenta, no Senado
18/04/16	Processo contra a presidenta Dilma chega ao Senado
12/05/16	Conheça um pouco mais sobre a vida e a trajetória política de Michel Temer
12/05/16	Qual sua expectativa para o Brasil depois da decisão do Senado?
12/05/16	Presidente interino Michel Temer faz a primeira reunião ministerial
12/05/16	Comentário – Paulo Moreira Leite
12/05/16	Principais entidades empresariais elogiam nova equipe econômica
12/05/16	Exoneração dos ministros de Dilma saíram publicados em edição extra do Diário Oficial da União
12/05/16	Michel Temer assume como presidente interino

Quadro 1 - Amostra 18/04/2016 e 12/05/2016
Fonte: Elaboração própria.

A metodologia aplicada a esta pesquisa é a análise de conteúdo, para exame do material empírico, sendo que as informações foram classificadas por critérios capazes de indicar a pluralidade das vozes e sua vinculação às redes de comunicação propostas por Weber (2007).

A classificação das informações foi realizada segundo os seguintes critérios:

a) Título/Tema: a partir dos títulos as matérias foram classificadas nos temas política institucional ou política na sociedade civil;

b) Tipo de fala: classificado se a pessoa fala ou tem fala citada;

c) Voz: quem fala ou tem fala citada;

d) Tempo de fala; Local: cidade onde a fonte que fala estava;

e) Faixa etária: criança (até 12 anos), adolescente (entre 12 até 20 anos), jovem adulto (de 20 a 35 anos), adulto (de 35 a 50 anos), adulto maduro (de 50 a 65 anos) e idoso (65 anos ou mais);

f) Cor da pele: branca, preta, parda, amarela e indígena, e

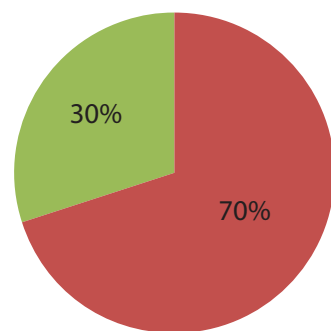
g) Gênero: homem e mulher.

Após a identificação das vozes e respectiva categorização, as vozes foram classificadas em redes de comunicação, de acordo com a proposta de Weber (2007).

O debate na televisão pública

Considerando as discussões conceituais realizadas, defende-se que o processo de impeachment de Dilma Rousseff desencadeou um debate público que envolveu as mais diversas redes de comunicação, sendo a televisão pública entendida como uma importante instância desse debate, devido à sua vinculação direta com a comunicação pública. Chegamos agora aos dados sobre as vinte matérias das duas edições do Repórter Brasil Noite trabalhadas neste artigo e que serão agora apresentados e analisados.

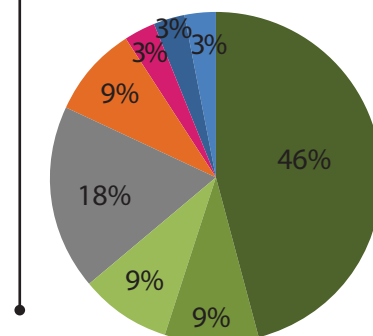
GRÁFICO 1 - TEMA



- Política Institucional
- Política na Sociedade Civil

O Gráfico 1 traz a proporção entre temas da política institucional e da política na sociedade civil. Podemos notar que, apesar de os resultados das votações terem provocado a reação de atores dos mais diversos setores da sociedade civil, a cobertura do Repórter Brasil Noite, nessas duas edições, ficou bastante centrada nos assuntos relativos à política institucional. Nesses dois dias, o telejornal esteve focado em repercutir a tramitação do processo no Parlamento e também nos desdobramentos institucionais desse processo.

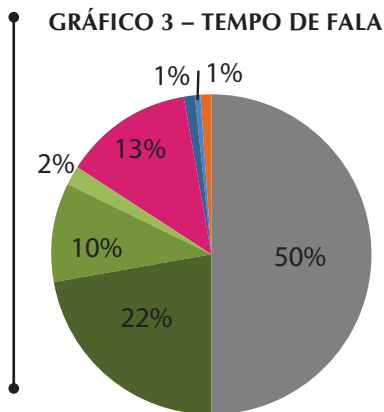
GRÁFICO 2 - VOZES



- Legislativo Federal
- Governo Federal
- Políticos sem mandato
- Comentaristas
- Populares
- Institutos de Pesquisa
- Judiciário Federal
- Advogados e Juristas

Refletindo as escolhas editoriais evidenciadas no Gráfico 1, as vozes que aparecem com maior frequência nesses dois dias são justamente aquelas relacionadas à política institucional, como membros do Legislativo e do Executivo Federal e também políticos sem mandato (Gráfico 2). Dessa forma, a rede de Comunicação Política representou 64% dos entrevistados. Em seguida, a rede de comunicação mais presente são os Sistemas de Comunicação Midiática, com 18% dos entrevistados e rede de Comunicação Social, com 9%. Sobre esses dois primeiros aspectos analisados, há que se considerar que o processo de impeachment é um tema da política institucional e que é desencadeado pela rede de Comunicação Política, nesse sentido, pode-se esperar uma cobertura mais voltada para esse âmbito da política e com proeminências das vozes ligadas a ele. No entanto, há um desequilíbrio evidente, especialmente no que se refere às vozes. Nesse aspecto, o que vemos é a emissora pública replicando as “assimetrias de poder” referidas por Maia (2008) ao cederem maior espaço a atores que já têm maior espaço na esfera de visibilidade midiática.

GRÁFICO 3 – TEMPO DE FALA

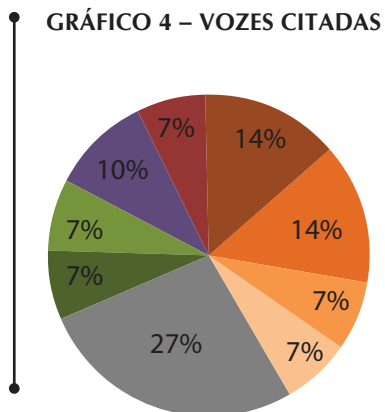


- Comentaristas
- Governo Federal
- Legislativo Federal
- Políticos sem mandato
- Institutos de Pesquisa
- Judiciário Federal
- Advogados e Juristas
- Populares

A variável tempo de fala é uma das mais importantes para demonstrar os diferentes níveis de participação das redes e respectivos atores. Nesse aspecto, foram as vozes ligadas aos Sistemas de Comunicação Midiática que obtiveram maior tempo de fala (50%), seguidas pela rede de Comunicação Política, que obteve 34% do tempo (Gráfico 3). Em relação ao que destacamos no parágrafo anterior sobre as desigualdades a participação, a rede de Comunicação Social obteve a menor participação entre as redes e não ocupou mais do que 1% do tempo de fala das duas edições analisadas nesta segunda amostra. Além disso, a participação dessa rede ficou limitada a uma única matéria, onde três populares foram entrevistados em um fala-povo. O fato de serem os comentaristas os que tiveram mais tempo de fala também chama a atenção aqui, pois são atores da própria mídia os que têm o maior espaço de argumentação, colocando a própria emissora pública não apenas como mediadora, mas como importante ator nesse debate público.

Das vozes citadas, é a rede de Comunicação Social, com menor tempo de fala, a que aparece com mais falas citadas (Gráfico 4). Aqui foram trazidas especialmente posições e comentários de organizações da sociedade civil a respeito do processo de impeachment. Em seguida, os veículos de comunicação internacionais também aparecem com destaque. Apesar de não demonstrarem propriamente os tempos de fala, essa categorização não deixa de ser importante, uma vez que as falas citadas permitem que as redes ao menos se posicionem sobre o tema. Mesmo assim, esse tipo de participação não confere aos que têm falas citadas o mesmo status no debate público daqueles que efetivamente têm voz no telejornal.

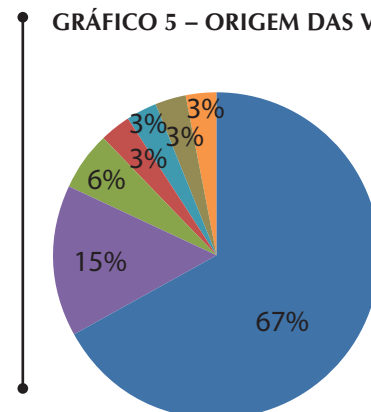
GRÁFICO 4 – VOZES CITADAS



- Populares
- Sindicatos
- Movimentos Sociais
- Entidades Estudantis
- Veículos de Comunicação
- Governo Federal
- Legislativo Federal
- Entidades Empresariais
- Líderes de Religiões e Crenças

Além da pluralidade de vozes, também é importante que as emissoras públicas prezem pela diversidade das vozes evidenciadas na sua programação, especialmente no telejornalismo. Dessa forma, os gráficos a seguir nos trazem indicativos quanto a diversidade regional, étnica, étnica e de gênero.

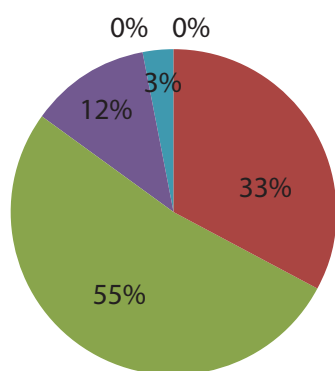
GRÁFICO 5 – ORIGEM DAS VOZES



- Brasília
- São Paulo
- Indefinido
- Rio Branco
- Salvador
- Goiânia
- Belo Horizonte

O primeiro indicador de diversidade que analisamos aqui é a origem, o local (Gráfico 5). Consideramos que houve pouca diversidade regional na abordagem do tema. Além do Distrito Federal, de onde falaram 67% dos entrevistados, apenas outros seis estados apareceram nas edições analisadas. O debate sobre o processo de impeachment mobilizou cidades no país inteiro, portanto, a pouca diversidade aqui negligencia as especificidades da discussão desse temas nas diversas regiões do país. É importante destacarmos, nesse sentido, que a diversidade regional não é apenas uma questão geográfica, mas também cultural.

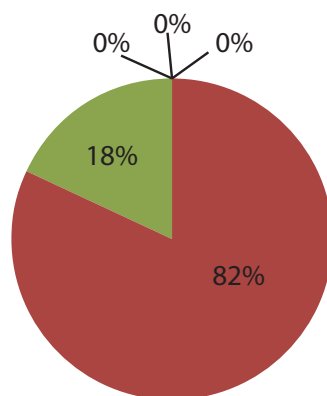
GRÁFICO 6 – FAIXA ETÁRIA



- Idoso
- Adulto Maduro
- Adulto
- Jovem Adulto
- Adolescente
- Criança

Outro parâmetro analisado foi a faixa etária dos indivíduos. Aqui também nota-se pouca diversidade, especialmente se compararmos aos números da população brasileira. De acordo com os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população com mais de 50 anos é de 20,6%. Já na cobertura do Repórter Brasil Noite, como mostra o Gráfico 6, aproximadamente 85% das pessoas ouvidas está nas faixas etárias adulto maduro (50 a 65 anos) e idoso (acima de 65 anos). Além disso, jovens de até 20 anos não tiveram qualquer representação e os jovens adultos (de 20 a 35 anos) representaram apenas 3% dos entrevistados. A pouca participação de jovens vai na contramão do que tem se visto nos movimentos políticos contemporâneos, onde são justamente eles os maiores protagonistas, mas que, no debate sobre o processo de impeachment nas edições analisadas, quase não foram notados.

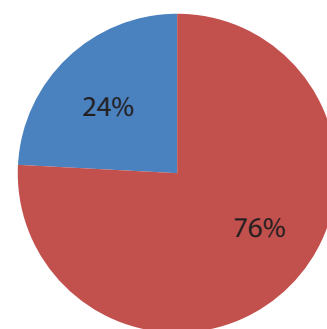
GRÁFICO 7 – COR DA PELE



- Branca
- Parda
- Negra
- Amarela
- Indígena

No critério cor da pele também não houve diversidade e a amostra analisada revelou-se bastante diferente da realidade brasileira. Mais da metade (52%) da população do Brasil não é branca. No entanto, na amostra analisada, 82% dos que falaram eram brancos e 18% pardos (Gráfico 7). Ou seja, além de termos uma sobre-representação da população branca, negros, amarelos e indígenas não apareceram nas edições analisadas.

GRÁFICO 8 - GÊNERO



- Masculino
- Feminino

O último gráfico (8) apresenta a relação entre homens e mulheres entre os entrevistados da amostra. Notemos que 76% das pessoas que falaram nas duas edições eram do sexo masculino, enquanto 24% eram do sexo feminino (Gráfico 8). Também nesse critério a amostra se difere da população brasileira. No último censo, as mulheres representavam a maior parte da população, em torno de 51% dos brasileiros.

No que tange ao apresentado nos gráficos 5, 6, 7 e 8, entendemos que a pouca diversidade encontrada nessas vezes é reflexo também das escolhas editoriais que ficaram evidenciadas nos gráficos 1, 2 e 3. A centralidade da política institucional e das vozes ligadas à rede de Comunicação Política concentrou mais da metade das matérias em Brasília. Já a falta de diversidade em faixa etária, cor da pele e sexo reflete o padrão dos grupos pertencentes à essa rede. No Parlamento, por exemplo, após a eleição de 2014, a idade média dos parlamentares é de 51 anos e somente 4,3% deles têm menos de 29 anos. Quanto à cor da pele não temos nenhum parlamentar que se autodeclare indígena ou amarelo, e pretos e pardos somados não chegam a 21%. A desigualdade de representação também é grande quanto ao sexo: as mulheres ocupam apenas 10,37% das cadeiras do Parlamento. Isso não quer dizer que, mesmo nesse cenário, o Repórter Brasil Noite não pudesse buscar vozes mais diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o telejornalismo da emissora pública TV Brasil, no que se refere aos critérios de pluralidade e diversidade de vozes analisados, não demonstra uma diferenciação dos padrões conhecidos nas emissoras privadas que seja capaz de influenciar na desconstrução das “assimetrias de poder”, ao invés de reproduzi-las. Nesse sentido, conforme destacamos anteriormente, as vozes da rede de Comunicação Social (aquela por onde os sujeitos da sociedade civil podem se fazer ouvir) têm uma participação bastante desequilibrada em relação, especialmente, aqueles sujeitos relacionados ao poder político estabelecido. Essa reprodução das assimetrias se dá tanto no número de vozes relacionadas à rede de Comunicação Social, quanto no tempo de fala desses sujeitos.

A inclusão daqueles que não têm voz nas emissoras de interesse comercial deve ser a grande missão da televisão pública, mas são justamente os grupos mais negligenciados naquelas emissoras os que são novamente esquecidos por essa. No entanto, presença esporádica de alguns grupos não significa diversida-

de. A diversidade se constrói quando a participação dos diversos grupos na esfera pública midiaticizada reflete a realidade da população e dá a eles oportunidade de realmente intervir na comunicação pública e na vida pública. Não queremos dizer aqui que os entrevistados na televisão pública devam refletir fielmente dados censitários, mas que esta deve evitar desvios que ocasionem a sub-representação de grupos sociais. No entanto, jovens, pretos e pardos e mulheres são minoria entre as vozes presentes no debate sobre o processo de impeachment.

No debate público que se estabeleceu sobre o processo de impeachment, e que envolveu os mais diversos setores sociais e campos ideológicos, a televisão pública deveria atuar como a instância onde essa pluralidade e diversidade de posições e atores envolvidos pudesse ser melhor representada. Um jornalismo de qualidade na emissora pública não pode prescindir desse papel, pois o debate público, como discussão dos temas de interesse público, e a inclusão daquelas vozes usualmente ausentes da esfera de visibilidade midiática são, expressamente, objetivos desse jornalismo, como

assume o próprio Manual de Redação da EBC. E, na não observância desses fundamentos em um momento político de tantas controvérsias, perde a democracia, pois a radiodifusão pública, independente e comprometida apenas com o interesse público, é a salvaguarda do debate de ideias diante do compromisso das emissoras privadas com interesses econômicos e políticos.

Dessa forma, consideramos que o telejornalismo evidenciado na amostra analisada apresentou falhas no que tange à pluralidade das vozes, concedendo maior espaço especialmente aos que já possuem maior poder político e melhores ferramentas de acesso aos meios de comunicação de massa a fim de obterem visibilidade para si e/ou para seus argumentos. Assim, o espaço que tem a potencialidade de promover o debate público igualitário, não corresponde ao que se coloca como expectativa para uma emissora pública. O que também ocorre quanto a diversidade, que é reiterada pelos autores trabalhados aqui como um valor importante a ser observado pelo jornalismo praticado em emissoras públicas.

REFERÊNCIAS:

BARBERO, Jesús Martín. Televisão Pública, televisão Cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar et al (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

BECKER, Beatriz. Diversidade e Pluralidade: Desafios da Produção de um telejornalismo de qualidade. In: BORGES, Gabriela; REIA-BAPTISTA, Vitor. **Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão**. Lisboa: Novos Horizontes, 2008. p. 357-367.

BORGES, Tiago Gautier Ferreira. **Entre o Espetáculo e o Debate Público: Enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 88, p.5-18, dez. 2010.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas: Uma avaliação contemporânea**. Brasília: Unesco, 2012. 35 p.

EBC. **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília: EBC, 2013.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GOMES, Wilson. PUBLICIDADE, VISIBILIDADE, DISCUTIBILIDADE: Para uma revisão do conceito de esfera pública

política. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16, 2007, Curitiba. **Anais...** .Curitiba: Compós, 2007. p. 1 – 15.

MAIA, Rousiley C. M.. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais...** . Salvador: Intercom, 2002. p. 1 – 19.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA FILHO, José da Tarcísio da Silva; COUTINHO, Iluska. A TV Pública e a Busca por Métodos de Verificação da Qualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1 - 15.

RINCÓN, Omar. Introdução. In: RINCÓN, Omar. **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 13-40.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007. Semestral.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas. WEBER, Maria Helena (org.). Florianópolis: Insular, 2017.